

**DESBRAVANDO O SERTÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS  
DISCURSOS PRODUZIDOS PELA HISTORIOGRAFIA QUE TRATA  
DO BANDEIRANTE E DO PIONEIRO NA OCUPAÇÃO DO  
TERRITÓRIO DO BRASIL CENTRAL**

**THE BREAKING SERTÃO: OBSERVATIONS ON THE SPEECHES  
PRODUCED BY HISTORIOGRAPHY WHAT IS THE PIONEER AND  
BANDEIRANTE IN CENTRAL BRAZIL LAND USE**

**Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa**

Doutoranda em História pela UFMT

E-mail: [beatriz-feitosa@uol.com.br](mailto:beatriz-feitosa@uol.com.br)

**Resumo:** A proposta deste artigo é refletir sobre duas produções historiográficas que se dedicaram a pensar o problema da ocupação do Centro Oeste brasileiro, a primeira produzida em fins do século XIX tinha como foco o sujeito histórico “bandeirante”, cuja produção discursiva o colocou na condição de “desbravador do sertão” e a segunda produzida em fins do século XX, cujo olhar mais crítico sobre a ocupação do mesmo território, pensa tal movimento como resultante de práticas advindas da expansão do capital em direção as áreas de fronteira.

**Palavras chave:** Historiografia; Bandeirante; Pioneiro.

**Abstract:** The purpose of this paper is to discuss the historiographical productions that have dedicated themselves to think the problem of occupation of the Brazilian Midwest, the first produced in late nineteenth-century was focused on the historical subject "pioneer" whose discursive production put him in condition "Pathfinder of the hinterland" and the second produced in the late twentieth century, the most critical look at the occupation of the same territory, thinks such a move as a result of practices arising from capital expansion towards the border areas.

**Keywords:** Historiography; Bandeirante; Pioneer.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da produção historiográfica brasileira na passagem do século XIX para o XX pensando a respeito de como os estudos históricos acerca da ocupação do interior brasileiro foram repensados durante o final do século XX.

Este pensar historiográfico será mediado pela análise das diferentes fases da produção historiográfica brasileira entre o final do século XIX e XX, bem como as diversas visões de fronteira ao longo desses dois períodos, além das formas variadas sob as quais se apresentaram as entradas, as bandeiras e as monções ao longo do período. Os sujeitos históricos Bandeirante e Pioneiro foram usados para justificar práticas econômicas e modelos de ocupação do território e os distintos olhares acerca dessas personagens foram objeto de estudos de inúmeros estudiosos.

Tal exercício para pensar a diversidade na produção historiográfica brasileira em dois momentos distintos, refletirá sobre os clássicos do pensamento brasileiro, passando pelas obras de Taunay, Oliveira Viana, Cassiano Ricardo, até os estudos dos anos de 1980 quando foi produzida a dissertação que daria origem ao livro “A Lenda do Ouro Verde”, de Regina Beatriz Guimarães Neto, culminando com produções do período posterior ao ano 2000 com a organização do livro “História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas”, fruto do trabalho conjunto entre pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso e da Unisinos, que permitem visualizar a mudança no pensamento historiográfico acerca da temática.

O fio de Ariadne que atravessa a narrativa aqui proposta é a movimentação de pessoas pelas fronteiras do Centro Oeste Brasileiro, o trabalho com textos teóricos que pensam os processos de exclusão humana dão conta da dimensão que os discursos do século XIX tiveram, há uma dinâmica temporal nessas narrativas que atravessam o século XIX e fazem com que os grupos humanos que se deslocam para aquela região nos últimos anos do século XX tenham em suas próprias narrativas a ideia de desbravadores.

O paradoxo que circunda esta identidade pioneira é o da exclusão humana, sob a marca do ideário de progresso, o acesso aos territórios não é para todos que desejam explorá-lo, neste sentido os escritos de Berman<sup>1</sup>, ajudam a pensar a lógica da modernidade, na qual impera o desejo de mudança, de autotransformação e de transformação dos espaços, note-se

---

<sup>1</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

que esta lógica perpassa os dois momentos aqui analisados, tanto no final do século XIX quanto do XX, tanto o bandeirante do século XIX, quanto o pioneiro do século XIX, são movidos pela vontade de mudança.

Entretanto, como a alteração dos espaços é movida pela lógica da cultura do capital o que se processa como resultado da expansão da fronteira é a produção do que Bauman<sup>2</sup> conceituou como “refúgio humano”, aqueles que não obtiveram permissão para ficar nesses espaços definidos por uma forma de desenvolvimento que nega permanência àqueles que não se inserem na nova lógica imposta pelo progresso econômico.

Outra questão paradoxal que se coloca é a de que a sociedade que se formou na fronteira, carrega o discurso de que o trabalho é o responsável pelo desenvolvimento, entretanto os quadros da modernização passam a exigir cada vez menos postos de trabalho, assim as reflexões de Arendt<sup>3</sup>, apontam para as contradições da sociedade moderna sustentada no discurso do trabalho que nega trabalho na medida em que o projeto de modernidade vai se tornando vitorioso.

### **Ocupação do território e construção da Fronteira Oeste brasileira na perspectiva dos discursos de modernização e progresso no final dos séculos XIX e XX**

As transformações que se verificaram no mundo ao longo do século XIX provocaram na concepção de Neves<sup>4</sup> uma “vertigem e aceleração do tempo”. No tocante ao termo modernismo, deve-se destacar que não é uma referência a semana de arte de 1922, sendo bastante anterior e tendo reflexões a seu respeito muito amplas e marcadas pela ideia de que a marca do mundo moderno é a transitoriedade e o consumismo.

A modernidade pode ser pensada sob a ótica de uma certa cultura do capital assim, quando Bauman se refere ao dito de Benjamin Franklin “tempo é dinheiro” como ultrapassado, está chamando atenção para o fato de que o consumo é o novo imperativo. “A

---

<sup>2</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Madeiros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. Ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

<sup>4</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. 3.ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

passagem do tempo deve ser registrada na coluna do débito dos projetos de vida humanos. Ele traz perdas, não ganhos.”<sup>5</sup>

Essa releitura de Franklin contrasta com o modo como Weber, na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a apresentou. Para este autor, o capitalismo caracterizava-se, sobretudo pela racionalização do trabalho e da produção em vista do lucro e pela impessoalidade e burocratização das relações de troca, mediadas pelo livre mercado. O controle social exercido pelas religiões protestantes sobre os seus membros limitava o consumo, valorizava o trabalho e a honestidade e dava a eles credibilidade no mundo dos negócios. A moral protestante favoreceu o capitalismo numa relação denominada afinidade eletiva. Nas palavras do autor “O trabalho constitui a própria finalidade da vida.”<sup>6</sup>

Essa leitura nascida na Europa moderna e levada para outros continentes transformou o trabalho e a ideia de viver do próprio trabalho em dignificante, consoante aos planos de Deus para os homens, ao menos no nível ideológico. Para entendermos melhor essa mudança será necessário remeter nossas reflexões aos trabalhos de Arendt.

Hannah Arendt trata da distinção feita pelos gregos entre *trabalho* - entendido como a atividade constante, sistemática e que, portanto, retirava a autonomia do sujeito sobre sua vida, restringindo-o a tarefas que não tinham outro propósito que atender às necessidades do corpo - e a *obra*, resultante da ação realizada com as mãos, tal qual à de um artesão e que permitia ao sujeito gozar de um tempo livre, condição para a vida política.<sup>7</sup>

Arendt afirma que o grego desprezava o trabalho por exigir que o homem se restringisse ao fazer para não mais que o suficiente para o atendimento às suas necessidades imediatas, logo, o desumanizaria. Assenhorear-se do trabalho de outros seria uma necessidade do viver a boa vida, ou vida plena. Para os gregos, os camponeses que viviam de seu trabalho diário para suprir suas necessidades imediatas, eram considerados na mesma categoria que os escravos, já que “A instituição da escravidão na antiguidade, embora não em épocas posteriores, não foi um artifício para obter mão de obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o trabalho das condições de vida do homem.”<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> BAUMAN, Zygmunt. Op. Cit. P. 134-5.

<sup>6</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. P. 113.

<sup>7</sup> ARENDT, Hannah. Op. Cit. P. 99.

<sup>8</sup> Idem. P. 104.

Contrariamente à escravidão moderna, na antiguidade os gregos não negavam a humanidade do escravo, mas não os consideravam homens plenos por viverem restritos ao fazer para não mais que as necessidades básicas e imediatas.

Foi na era moderna que se deu a glorificação do trabalho e a eliminação das distinções entre este e a obra tal como havia entre os gregos. O homem passou a ser definido não mais como *animal rationale*, mas como *animal laborans* e a produtividade, então sem precedentes passou a nortear as reflexões dos pensadores do período<sup>9</sup>.

Se, inicialmente as reflexões transitavam pelas distinções entre trabalho produtivo e improdutivo, com Karl Marx, tomaram outros rumos. Para ele, a força humana e não o que ela produz, é a responsável não apenas pela subsistência, mas pela produção do excedente, em outras palavras, não se extingue quando suas necessidades básicas estão asseguradas sendo responsável pela existência e manutenção de muitas vidas, visto que, “[...] eles próprios [os homens] começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal”.<sup>10</sup>

Para Marx o trabalho produz vida e esse trabalho, apropriado por alguns, é suficiente para assegurar a vida de todos, ainda que aos trabalhadores de modo precário. Aqui reside uma das mais sérias críticas dirigidas por Marx à sociedade capitalista, o fato do trabalhador não se identificar com o produto de seu trabalho. Marx seria, para Arendt, um importante protagonista na transformação dessa concepção de trabalho e do homem como *animal laborans*.

Tanto a compreensão do trabalho como desprezível em razão do esforço constante necessário para sua obtenção na Grécia de Platão, quanto sua glorificação pelo mundo moderno capitalista, produto de uma racionalização no uso da força de trabalho que permitiu a sua apropriação e conseqüente alienação do trabalhador, foram possíveis graças ao uso da violência.

Em ambos os casos, embora de modos muito diferentes e por razões muito diversas temos grupos de indivíduos que se apropriaram do trabalho de outros amparados pelo poder instituído que ainda justifica e regula essas relações.

Fixando-nos nas relações constituídas a partir da modernidade o Poder Político Institucionalizado, é inerente à comunidade política e resultado da capacidade humana de agir em conjunto, logo é a essência da governabilidade. O que não significa que para governar, os

---

<sup>9</sup> Ibidem. P. 108.

<sup>10</sup> MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. 8. Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 27.

Estados possam prescindir da violência, pelo contrário, eles a usam como instrumento de controle, como uma necessidade. Se os estados não podem abrir mão da violência, ela deve ser controlada, sob pena de destituir a autoridade, corromper a legitimidade e, por consequência, destruir seu poder.

É um erro pensar que a violência cria o poder. Ela se apoia no uso da força, provocando o medo e impondo a obediência, mas isso, por si, não constitui um Estado, por vezes não é mais que demonstração de vigor individual. A violência é instrumental. Do cano de uma arma ela pode apenas reproduzir-se, nunca produzir o poder institucionalizado.<sup>11</sup>

A violência exercida pelo Estado e reconhecida em sua autoridade serve entre outras coisas para regular essas relações de trabalho, podendo punir em caso de ato considerado transgressivo. Mesmo em momentos em que as contradições se tornaram flagrantes o estado não se furtou a usar dos aparelhos jurídicos, de base teológica ou racional, como meios de controle e punição. Tal foi, por exemplo, o caso dos estados escravistas modernos.

Quando analisamos as reflexões realizadas por Bauman para o mundo contemporâneo, o vemos novamente dicotomizado, agora não mais entre trabalho e obra como no mundo grego de Aristóteles, ou entre *animal rationale* e *animal laborans* como no mundo moderno, mas entre o inserido e o prescindível.

Nesse cenário que foi construído pelo movimento de pessoas na fronteira da região central do Brasil, onde as exigências relacionadas à mão de obra se tornaram tão elevadas em termos de qualificação, ao mesmo tempo, nega sistematicamente a inserção, considerando que milhões de pessoas, nesse contexto de tecnificação do trabalho, têm negado o direito ao trabalho, tendo sido negada sua própria reprodução enquanto seres humanos, restando-lhes as atividades mais degradantes, que as tornam vulneráveis as mais diversas formas de exploração.

Este é o espaço em que labor e trabalho se misturam em práticas consumistas, tratado em textos que têm a modernidade e seu decorrente, o mundo contemporâneo como objetos, dentre eles o já citado estudo de Berman, que permite refletir acerca da mentalidade vinculada ao pensamento de modernidade, que levou inclusive a mudanças dos espaços urbanos, o autor nos convida a pensar nossa condição de seres humanos herdeiros que somos, da tradição moderna. Seu trabalho também nos conduz a uma espécie de viagem em contato com os “modernos” de diferentes temporalidades e espacialidades: Goethe, Marx, Baudelaire, Haussman e Pedro. Nesse retorno ao pensamento que fundamentou o ideal de modernidade,

---

<sup>11</sup> ARENDET, Hannah. Op. Cit. P. 51.

Berman mostra que modernismo e modernização são decorrências da mesma postura, que permite a criação e a profunda alteração de cidades como Paris, Petersburgo ou Nova Iorque.

O ideal de modernidade é contemporâneo, uma vez que a ideia de progresso ainda é uma marca importante da atualidade, momento caracterizado pelo movimento, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, como na famosa frase histórica que ganha novos atributos no estudo de Berman. Ao analisar o Fausto de Goethe, Berman nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, fruto do intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica e reconstrói sobre novas bases, ao mesmo tempo em que aflige o ser humano, pode se percebido como o fruto da criação humana.

O mundo contemporâneo tributário dos ideais de modernidade encontra-se marcado pela presença do movimento. Vivemos em constante sensação de aceleração, na qual:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”.<sup>12</sup>

A discussão acerca das decorrências do mundo moderno é bastante profícua e permeia o debate empreendido por Arendt,

[...] O perigo é que tal sociedade, deslumbrada ante a abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade – a futilidade de uma vida que ‘não se fixa nem se realiza em coisa alguma que seja permanente, que continue a existir após terminado o labor’.<sup>13</sup>

A falta de permanências perpassa estudos diversos sendo discutida por Bauman,<sup>14</sup> ao tratar da transitoriedade do mundo líquido moderno ou por Berman<sup>15</sup> que aponta a ameaça que este mundo apresenta de “destruir tudo o que temos e tudo o que somos”.

No tocante a produção historiográfica brasileira do período algo sintomático é que o erudito busca a compreensão dos espaços a partir da compreensão do comportamento da gente

---

<sup>12</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986. P. 15

<sup>13</sup> ARENDT, Hannah. Op. Cit. P. 148.

<sup>14</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

<sup>15</sup> BERMAN, Marshall. Op. Cit.

do sertão, o paradoxo é que a matriz do pensamento é europeia, as ideias vindas da Europa continuam sendo o lastro, mas esta influência é processada a partir de uma realidade que é tipicamente brasileira. Para os intelectuais do século XIX, brasilidade é o resultado de diferentes concepções, dentre elas a busca por entender esta passagem para o novo.

Pensar uma nova brasilidade neste contexto passava pela necessidade de pensar o passado. A partir da necessidade de olhar para trás buscando explicações no passado resultam visões distintas de brasilidade e nacionalidade, assim foram formados grupos com tendências nacionalistas como “Grupo Verde Amarelo”, cujo lema era “meditar para não reproduzir”, além do Grupo de Oswald de Andrade e “Macunaíma” de Mário de Andrade”, neste, o curupira com os pés voltados para trás, sintetizava a busca pelo passado, ligado a ideia do eterno retorno. Muitos intelectuais que escreveram acerca do movimento de ocupação do território brasileiro, bem como a respeito da atuação dos bandeirantes estiveram ligados a esta tradição do pensamento brasileiro.

O século XIX foi o momento inicial de uma historiografia brasileira, sob a influência deste ideal de brasilidade e nacionalidade. A poesia de Dom Aquino feita para o bandeirante, ajuda a compreender que ideias são colocadas no cenário nacional e se cristalizam no imaginário das pessoas, constituindo uma espécie de senso comum. A tese de Abud<sup>16</sup>, ao perseguir a produção historiográfica que trata da figura do bandeirante ajuda a compreender a constituição desse mito, ao “estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas e investigar os mecanismos e relações que levaram à constituição do bandeirante como o maior símbolo do homem do estado de São Paulo”<sup>17</sup>. Para a autora o movimento bandeirista teve dois momentos marcantes, primeiro no século XVIII em que aparecem como tema na obra de historiadores do período, considerando que os primeiros documentos que tratam acerca do assunto foram os trabalhos de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. O segundo momento diz respeito as três primeiras décadas do século XX, considerado por Abud como “o período áureo da produção histórica sobre o bandeirantismo”. Referindo-se aos autores dos dois momentos distintos acerca da historiografia bandeirante, Abud reforça,

[...] aqueles dois historiadores iniciaram o processo de formação da imagem do bandeirante, que, mais tarde, reforçado pelos historiadores que vieram se tornou o símbolo da sociedade paulista. (...) Ellis Jr., Taunay, Paulo Prado, Alcântara Machado, entre outros (...) suas pesquisas aprofundaram o

---

<sup>16</sup> ABUD, Katia Maria. O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições – a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, 1985. Tese de Doutorado.

<sup>17</sup> ABUD, Katia Maria. Op. Cit. P.02.

conhecimento sobre as bandeiras e sobre os bandeirantes, que permitiu que se cristalizasse a imagem que Frei Gaspar e Pedro Taques tinham esboçado.<sup>18</sup>

A exaltação do bandeirante, no século XIX sofreu um arrefecimento proporcionado pela mudança dos quadros de nobiliarquia durante a formação do Estado Nacional, mostra de que a nobilitação mudou de acordo com as circunstâncias de cada tempo histórico. No contexto do século XIX, o bandeirante perdeu seu *status*, voltando ao cenário no período entre 1890 e 1930, quando foi eleito como a figura representante do “arrojo, progresso e riqueza de São Paulo”, isso permitiu o retorno aos estudos de Pedro Taques e Frei Gaspar, pois o bandeirante “representava, de um lado a lealdade ao estado e de outro a lealdade à nação[...].”

19

A apropriação da imagem do bandeirante ocorreu em momentos distintos da história brasileira, sendo que a produção historiográfica bandeirista, prima pela ideia de que a história de São Paulo é efetivamente a história do Brasil, neste sentido, a identidade nacional é o reflexo da identidade paulista, o que tem decorrências em produções historiográficas mais recentes, considera-se, por exemplo, o fato de que quando se trata de industrialização no Brasil, fala-se predominantemente na industrialização de São Paulo. A produção historiográfica do final do século XIX e primeiras décadas do XX, reforçava a ideia do “abridor de caminhos e conquistador de riquezas”, no tocante a produção historiográfica acerca da temática Abud destaca,

É muito grande o número de obras (...) que tiveram como tema o movimento bandeirista, mas que não tiveram papel importante na formação da imagem do sertanista, pois não fizeram mais que repetir aquilo que os autores que se dedicaram à pesquisas iniciais forjaram como a figura bandeirista. Consolidaram a imagem do abridor de caminhos e conquistadores de riquezas, do mameluco que expandira as fronteiras e conquistaram um país, graças à sua valentia e poder de iniciativa.<sup>20</sup>

A obra de Pedro Taques e Frei Gaspar inspirou parte significativa desta produção, inclusive as pesquisas de Afonso de Taunay que resultou na obra, “História Geral das Bandeiras Paulistas”, de caráter minucioso e descritivo, constitui-se em uma narrativa da ocupação bandeirante da região que corresponde ao estado de MT, bem como os primeiros anos da cidade de Cuiabá, preocupa-se em ressaltar que os primeiros povoadores da região foram bandeirantes, que se firmaram no território a partir de intensas lutas contra os grupos

---

<sup>18</sup> ABUD, Katia Maria. Op. Cit. P. 05.

<sup>19</sup> ABUD, Katia Maria. Op. Cit. P. 132.

<sup>20</sup> ABUD, Katia Maria. Op. Cit. P. 180.

indígenas, a obra apresenta farta referência ao contato entre paulistas e grupos indígenas, além ressaltar o grau de dificuldades no processo de ocupação de Cuiabá.

Taunay descreve pormenorizadamente a importância das vias de navegação para a ocupação inicial do território pertencente ao atual estado de Mato Grosso, apontando as dificuldades com a navegação em rios com corredeiras e quedas de água que obrigava em muitos pontos do trajeto os monçoeiros carregarem embarcação e carga nas costas para desviar dos obstáculos naturais, para o autor o movimento das monções foi o instrumento de ligação das transações comerciais, do fortalecimento das finanças, da circulação e gestão de dinheiro, apontando que as relações entre mineiros e comerciantes não eram harmônicas.

A característica descritiva e minuciosa da obra fica evidente ao nos depararmos ao longo do texto com o relato dos detalhes do percurso, dos conflitos com índios da região, além de dados pormenorizados acerca da navegação entre Araitaguaba (Porto Feliz) e Cuiabá. As dificuldades relatadas por Taunay, contribuem na construção da ideia de que o percurso só poderia ser realizado por homens fortes,

A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos intransponíveis às embarcações como os de Itu, Avanhandava e Itapura. Assim ao Sertão e aos mistérios do centro sul-americano – defendeu o Tietê com toda a energia das águas a cada passo escachoantes. Foi o adversário digno de ser vencido por aqueles que o dominaram.<sup>21</sup>

A temática da ocupação ganhou novo sentido durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo após a instalação do Estado Novo, Esterici<sup>22</sup> examina a ação política de colonização e imigração através do caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, apontando que a colonização do país no período posterior a 1930 contou com a representação dos ideólogos do Estado Novo, este tipo de mensagem foi a tônica dos discursos de grupos que ocuparam as áreas onde houve expansão da fronteira agrícola.

Os discursos de progresso e de desenvolvimento, conduziram a um processo de aceitação de que o “velho” seria substituído pelo “novo e dinâmico”, o programa “Marcha para Oeste”, lançado pelo governo federal em 1938, apresenta a movimentação em direção ao interior do país como constituindo o “verdadeiro sentido da brasilidade”, Esterici apresenta a orientação das migrações internas a partir do lançamento desse programa:

---

<sup>21</sup> TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo III. 3. ed. São Paulo: melhoramentos, 1975. P. 07.

<sup>22</sup> ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1972. Dissertação de Mestrado.

[...] deslocamento da população excedente do nordeste (...) para as zonas mais produtivas de São Paulo (...) também para os imensos vazios do oeste deveriam ser encaminhadas levas de imigrantes para explorar economicamente a região (...) a dotação de terras aos trabalhadores deslocados seria feita com o uso de terras devolutas e sob a orientação e localização da União.<sup>23</sup>

A referida campanha contou com a adesão de vários intelectuais dentre eles, o jurista, jornalista e escritor, poeta e detentor da cadeira 31 da Academia Brasileira de Letras, Cassiano Ricardo, em sua obra “Marcha para Oeste: a influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil” estabeleceu uma releitura das bandeiras paulistas no século XVII para legitimar a política varguista de dominação, ocupação e integração do sertão brasileiro ao corpo da pátria. A obra aprofunda a necessidade da conquista de espaços do sertão vistos como um mundo difuso e desolado, ou seja, imensos “territórios vazios”, habitados por mestiços e pobres vivendo sem leis, sem ordem e sem as facilidades do mundo “civilizado”.

Ao tratar da necessidade imposta ao homem de adentrar o sertão, Ricardo afirma:

Em seu impulso inicial prepondera a Geografia. Foi ela que empurrou o homem para a conquista. Foi o sertão que o chamou e o chamou de modo tão irresistível e tão sério que o “bandeirante” não podia viver sem o sertão. (...) o sertão chamou o homem; a montanha empurrou-o terra adentro, dizendo-lhe “vá ver o que o sertão quer” e o rio algumas vezes conduziu nos ombros pra que ele fosse saber o que o sertão queria”.<sup>24</sup>

A propaganda da Marcha, incentivava um retorno ao campo, alardeado pelo presidente Getúlio Vargas, que já em 1933 tratava a questão de forma a maravilhar qualquer segmento social, o fragmento a seguir foi retirado do jornal “A República”, publicado na no ano de 1931, o que indica que ao lançar o Programa “Marcha para Oeste” em 1938, o ideal de ocupação interiorana já havia sido disseminado,

Para alcançarmos tal benefício que nos está reservado, pois somos, em face do Velho Mundo gasto, Novo Mundo a explorar, precisamos de firmeza de direção, tranqüilidade e equilíbrio. Só assim se dirigirão a nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e impulsionando o nosso desenvolvimento. A obra de reconstrução que se espera é de extensos horizontes. Na sua amplitude e profundidade ela requer o esforço inteligente e contínuo de várias gerações.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> ESTERCI, Neide. Op. Cit. P. 39.

<sup>24</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1970. P. 65-67.

<sup>25</sup> O Discurso do Dr. Getúlio Vargas. *A República*. Campo Grande - MS, Ano I, n. 23, 1931, p.1

A produção historiográfica de Cassiano Ricardo fazia coro ao discurso de Vargas, para reforçar a ideia de necessidade de ocupação do sertão, o bandeirante foi resgatado. Na concepção de Ricardo o movimento bandeirante construiu o Brasil, ampliando e dando uma “nova geografia”, dando novos contornos aos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, a ação bandeirante é assim descrita por Cassiano Ricardo:

- a) primeiro os mitos do ouro e da prata, que fizeram Martim Afonso localizar-se em São Vicente;
- b) mas esses mitos estavam no sertão;
- c) mas o sertão estava atrás da grande serra e só podia ser conquistado pelo povo;
- d) mas o povo só podia conquistá-lo através de uma organização específica, que transformou a sociedade em bandeira;
- e) mas a bandeira tinha que varar mato;
- f) mas para varar mato era preciso abrir caminhos;
- g) e abrir caminhos era tomar posse da terra;
- h) e tomar posse da terra era construir o Brasil.<sup>26</sup>

Na 4ª edição da obra o autor já apontava para um novo movimento de ocupação, afirmando que “todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante”<sup>27</sup>, não foi por acaso a publicação deste livro no contexto de uma ditadura civil militar no Brasil, “Marcha para Oeste”, acabou se tornando o texto que fundamentava do ponto de vista historiográfico a propaganda do Estado Novo. No período posterior a 1970 foi utilizado novamente para subsidiar o projeto que tinha na colonização o papel de dar acabamento à formação do território nacional, a reedição deste livro deu outra positividade para a nação brasileira.

A 17ª edição do livro de mesma autoria “Martim Cererê”<sup>28</sup>, contribui para reforçar a ideia de que a ocupação desses novos espaços seria desempenhado por uma “raça de gigantes”, termo criado pelo botânico francês, Saint Hilaire e reafirmado por grande parte dos historiadores até Cassiano Ricardo que pensaram e escreveram acerca da ocupação do interior brasileiro, sobre a importância destes homens a poesia de Ricardo tem muito a dizer,

As montanhas sentaram-se no caminho, enormes, tapando-lhes o horizonte: ‘Absolutamente’. E vieram as léguas, enrolando-se nas botas dos gigantes. ‘Por aqui vocês não entram.’ E vieram os bugres, heróis empenachados, com os seus exércitos de arco e flecha e que eram os donos absolutos do país das palmeiras: ‘Quem manda em nossas casas somos nós.’ E vieram os monstros, as jiboiças da fábula, os tamanduás, as onças com sede de sangue humano; a fauna em peso, multicolor, trancando a entrada ao sertão mais

<sup>26</sup> RICARDO, Cassiano. Op. Cit. P. 77.

<sup>27</sup> RICARDO, Cassiano. Op. Cit. P. 652.

<sup>28</sup> RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. 17.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989

ínvio do mundo: ‘Vos comeremos vivos.’ E vieram as tempestades, jogando-lhes cacos brancos em relâmpagos na cabeça: ‘Por aqui é que você não passam.’ Tudo, porém, inutilmente, porque os gigantes haviam calçado as suas botas sete-léguas e levavam no coração duas forças terríveis: a ambição e o maravilhoso.<sup>29</sup>

O regime ditatorial iniciado no Brasil em 1964 foi marcado pela parceria entre militares e sociedade civil, questão levantada pela professora Regina Beatriz Guimarães Neto em uma palestra durante o curso “Política e Fronteira” em que afirmou a necessidade de entender o período entre 1964 e 1985 não como um período de governos militares somente. Esta percepção fez parte dos estudos anteriores, a ideia de um golpe civil militar esteve presente nas reflexões de Dreyfus, não ganhando adesão durante o período por estar ainda muito candente uma espécie de “guerra pela memória”, na qual fazia-se necessário reforçar a participação dos militares no golpe. A este respeito Oliveira afirma que,

Logo depois da anistia política de 1979, o ambiente nacional estimulava a emergência de estudos sobre as Forças Armadas e seus papéis no nosso país. (...) O risco de incompreensão não era desprezível em ambos os ambientes. A Universidade estava tomada pelo ressentimento, pela resistência ao autoritarismo e pela discriminação contra os militares em termos genéricos. E vigorava nas Forças Armadas um solene pé atrás com relação aos contatos com universitários, pelas razões inversas.<sup>30</sup>

A ocupação do interior brasileiro foi largamente incentivada durante o período, criando-se estratégias que se traduziram em práticas políticas marcadas pelo ideal de um “Brasil grande”. Nos discursos do período a Amazônia aparece como não integrada ao território brasileiro, estando desabitada, sua ocupação era uma questão de segurança nacional, em nome da qual o golpe foi dado, se a repressão foi uma face da doutrina de segurança nacional, a ocupação da Amazônia era a outra face, pois garantia a preservação das fronteiras do país. No tocante a esta dinâmica da ocupação Barrozo afirma:

O Governo Federal executou um plano de (re) ocupação dos ‘vazios demográficos’ do Centro-Oeste e da Amazônia, com o objetivo de garantir a ‘segurança nacional’, de ‘produzir para o mercado interno e externo’ e deslocar milhares de famílias de agricultores do Sul, para poder viabilizar a ‘modernização conservadora’ naquela região.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> RICARDO, Cassiano. Op. Cit. P. 05.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Elézer Rizzo. *René A. Dreyfuss enquanto pesquisador de temas estratégicos*. E – Premissa: Revista de Estudos Estratégicos. N. 1. Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.10.pdf>. Acessado em: 04/06/2012. P. 06.

<sup>31</sup> BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008. P. 22.

O Estado assumiu um papel crucial na expansão de um modelo de organização do meio rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e a renda fundiária. A agricultura tornou-se uma atividade subordinada, cumprindo um papel fundamental na sociedade, uma vez que fornecia gêneros alimentícios e matéria-prima para os demais setores da economia através de mecanismo desigual de troca.

Houve um tratamento diferenciado que permitiu o acesso restrito às terras caracterizadas pelo Governo Federal como compondo os “espaços vazios”,

Aos grandes empresários, o governo ofereceu crédito subsidiado, incentivos fiscais e apoio logístico. Para os agricultores pobres, ele acenou com a possibilidade de lotes em projetos de colonização e assentamentos rurais, em geral distantes das cidades, sem infra-estrutura, sem apoio técnico e financeiro.<sup>32</sup>

Além de políticas diferenciadas de acesso a terra, estudos acerca da ocupação do estado de Mato Grosso produzidos entre o final do século XX e início do XXI, apontam que houve irregularidades por parte dos órgãos governamentais :

Observando os dados referentes a essa ocupação, chama nossa atenção as transações de compra e venda de terras e a anuência do Governo Federal frente a tal quadro. O Departamento de Terras e Colonização (DCT), responsável pela emissão de títulos, fiscalização e demarcação dos lotes agrários, foi fechado pelo Governo do estado de Mato Grosso devido ao volume de fraudes, que chegava à falsificação de documentos e até mesmo com assinatura do governador.<sup>33</sup>

A segunda vertente que trata da ocupação em relação ao Centro Oeste Brasileiro, produzida em fins do século XX, permite dizer que o modelo produtivo adotado, a partir da tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criou um novo cenário de concentração da propriedade fundiária e da renda. O sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Os pequenos agricultores familiares não foram contemplados com o aumento da produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificultou o seu engajamento.

As modificações implantadas no mundo rural brasileiro, sob a perspectiva de uma cultura econômica do capital, asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor

---

<sup>32</sup> BARROZO, João Carlos. Op. Cit. P. 11.

<sup>33</sup> JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. P. 24.

agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural.

A historiografia do século XIX, permite entender que a exaltação do bandeirante cumpria uma necessidade imposta pelas políticas de ocupação daquele período, a exemplo do que ocorreu na segunda metade do século XX, a historiografia ao buscar na imagem do bandeirante a ideia do desbravador dos sertões que leva o progresso para as áreas mais remotas do país, cumpria o objetivo de subsidiar por meio do discurso histórico novas formas de ocupação deste interior, após 1970 o pioneiro assume o papel, que antes cabia ao bandeirante de “desbravar” este sertão.

A ocupação pós 1970 estimulada pelo Estado cumpria a função de definir os grupos sociais que teriam acesso a terra e os que, continuando sem acesso a terra teriam que continuar “marchando” em direção a qualquer oeste que lhe oferecesse possibilidades de existência. Estas pessoas eram, “[...] trabalhadores pobres – os desclassificados de uma ordem que se representa como dominante -, homens e mulheres que vivem sem lugar, sem teto, mas insistentemente criando novos espaços.”<sup>34</sup>

A mudança na estrutura produtiva do campo levou ao processo de modernização, resultante de todo um ideal de progresso que remonta ao final do século XIX. Nas áreas urbanas ocorreu um investimento massivo para alterar os espaços, foi o caso da cidade do Rio de Janeiro que passou por uma espécie de “reforma sanitária” que cumpria a função de imprimir naquele espaço a marca do progresso. Essa visão modernizante dos espaços urbanos, começou ganhar força no Brasil, no início do século XX quando ocorreram movimentos que levaram a modernização da cidade do Rio de Janeiro. A construção da cidade de Brasília já na segunda metade do século XX, mostra que houve permanência do ideal de progresso que ganharam novos contornos na ocupação do campo brasileiro.

A intensidade desses movimentos modernizantes pode ser notada no estado de Mato Grosso, com a reconstrução da Igreja Matriz de Cuiabá, devido a necessidade vivida à época de substituir o “atrasado”, representado pela antiga matriz, pelo “novo” do qual o formato arquitetônico da nova igreja era representação máxima. No livro “Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá”, Borges<sup>35</sup> trata da demolição da antiga Igreja Matriz como importante marco de representação do ideal modernizante que ganhava força na região.

---

<sup>34</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002

<sup>35</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005. P. 53.

O movimento de ocupação dos espaços centrais do país no período posterior a 1970, traz essa marca da modernidade, os discursos que permearam o movimento que conduziu pessoas a esses novos lugares parecem estar em sintonia com o ideal de modernidade que se traduzia portanto, numa necessidade de modernizar esses novos espaços, criando uma dicotomia entre “atrasado” e “moderno”,

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: ‘antigo’ pode ser substituído por ‘tradicional’ e moderno, por ‘recente’ ou ‘novo’ e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatória, pejorativas ou neutras. [...] <sup>36</sup>

O conceito de modernidade, aliado ao de progresso são a marca dos discursos hegemônicos que sustentam que a configuração das novas áreas de ocupação, cumpria a finalidade de levar estes espaços a protagonizarem uma fase marcada pela presença do progresso, as reflexões de Koselleck contribui com esta reflexão ao apontar que “os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história.” <sup>37</sup>

A partir deste ponto de vista, pode-se apreender que a utilização dos conceitos envolve interesses de quem tem o poder de hegemonizar <sup>38</sup> os discursos, portanto o ideal do novo não raras vezes está associado ao conceito de moderno. Para Koselleck <sup>39</sup> todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, esses mesmos conceitos acabaram imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.

No tocante à temática deste artigo, ressalta-se que os discursos modernizadores alcançaram o campo brasileiro, sendo capazes de expressar uma demanda pela modernização e legitimando esse ideal. A modernização financiada e subsidiada pelo Estado não atingiu todos os segmentos sociais que se deslocaram para o campo:

---

<sup>36</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (ET. Al.) 5. Ed. Campinas,SP: editora da UNICAMP, 2003. P. 167.

<sup>37</sup> KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 268.

<sup>38</sup> De acordo com Dupas (2006:16) o conceito de hegemonia pode ser entendido a partir das idéias de Antonio Gramsci e Giovanni Arregghi, segundo as quais hegemonia seria a liderança associada à capacidade de um Estado (elite ou grupo) de se apresentar como portador de um interesse geral, e assim ser percebido pelos outros.

<sup>39</sup> KOSELLECK, Reinhardt. Op. Cit. P. 136.

[...] a maior parte dos colonos que chegaram com poucos recursos utilizavam instrumentos de trabalho rudimentares e não podiam contar com o menor conforto material. As discrepâncias entre o “novo” e o “velho” eram muito visíveis nessas cidades de colonização. O “rudimentar” e o “moderno”, o artesanal e o industrial, o artificial e o natural, conviviam em um espaço muito próximo – indústrias e grandes projetos de exploração de minérios, grandes madeireiras – em atividades lado a lado com colonos, seringueiros, catadores de castanha, que exploravam as riquezas das áreas com instrumentos muito simples, tais como machado, facão, faca, foice, enxada, etc.<sup>40</sup>

O acesso às terras do território que pertence ao estado de Mato Grosso ocorreu em um contexto de passagem das terras do domínio público para o domínio privado, marcado pela facilidade de acesso a grupos econômicos e políticos bem determinados, este acesso até 1822 se deu pela concessão de sesmarias, com a Lei de Terras de 1850, as terras que antes pertenciam ao Estado (devolutas) passaram a ser acessadas por meio de compra e venda, Martins considera que “[...] o atual regime fundiário inaugurado com a Lei de Terras de 1850, com algumas poucas exceções, unificou os dois direitos, domínio e posse, para constituir o moderno regime de propriedade.”<sup>41</sup>

No Estado de Mato Grosso, reproduziu-se um modelo que caracterizou a ocupação fundiária de todo o território nacional, “[...] ao invés de beneficiar os pequenos posseiros, garantindo-lhes a propriedade territorial com a democratização do solo, a lei produziu, ao contrário, latifúndios, adjudicando a títulos gratuitos vastas extensões de terras a particulares.”<sup>42</sup>

A ocupação estimulada pelo Estado por meio de incentivos e concessões de terras foi marcada pela violência, “[...] violência do ‘branco’ contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados.”<sup>43</sup>

As pesquisas que tomam a violência como foco, tem nas relações do campo brasileiro fértil campo de estudos, considerando que o acesso a propriedade no Brasil tem sido marcada por um histórico de exclusão que tem na violência marca significativa, sendo que o papel por

---

<sup>40</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op. Cit. P. 152.

<sup>41</sup> MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador) & SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. P. 666.

<sup>42</sup> MORENO, Gislaine. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2007. P. 67.

<sup>43</sup> MARTINS, José de Souza. Op. Cit. P. 669.

ela exercido ao longo da história foi alvo de reflexões conduzidas por Hannah Arendt na obra “Sobre a Violência”, sustentadas na ideia de que a violência não é algo inerente aos seres humanos, ao contrário do que “a tendência à guerra tem demonstrado”<sup>44</sup>

## Considerações Finais

A produção historiográfica do século XIX que tratava do movimento de ocupação em direção ao interior do país, teve nas obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme os precursores na defesa de que os homens que se dirigiam a estas regiões inóspitas eram os desbravadores do sertão, responsáveis por levar a terras distantes a marcha do progresso e da civilização.

A obra desses dois estudiosos da ação bandeirante teve lastro em estudos posteriores sendo que em momentos distintos da história do Brasil foi retomada para justificar a ação de políticas em prol de novas frentes de expansão que se dirigiam para o interior do Brasil, desta forma em períodos diversos o discurso de exaltação da figura do bandeirante ganhou contornos e justificou práticas.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 esta personagem foi usada para atribuir ao paulista o *status* de homem forte, portanto a “marcha do progresso e da civilização” que havia sido direcionada pelos paulistas ao longo do século XVII, poderia ser conduzida novamente por esta “Raça de Gigantes” – expressão amplamente utilizada pelos teóricos do movimento bandeirante até a obra de Cassiano Ricardo editada pela última vez no ano de 1970 - no contexto da Revolução de 1932.

Durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo após a inauguração do Estado Novo o discurso havia mudado, a defesa naquele momento era em torno do ideal de nação, a obra de Cassiano Ricardo reforçava a necessidade de uma “Marcha para Oeste”, que deveria garantir a ocupação dos territórios entendidos pelo governo naquele período como compondo vastos “espaços vazios”.

Com a chegada ao poder dos militares, por meio de um golpe de estado ocorrido em 1964, o discurso em prol do “desbravador dos sertões” voltou com muita força, neste período o livro de Cassiano Ricardo foi novamente editado, pois justificava a necessidade de ocupação do restante do território brasileiro e fazia coro ao ideal dos militares de construir um “Brasil Grande”, para tanto a integração da região amazônica era estratégia de extrema importância.

---

<sup>44</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. P. 19.

A obra de Cassiano Ricardo encerrou um modelo de produção historiográfica que seria repensada por estudiosos do período posterior a 1970, nos estudos de Guimarães Neto, Joanoni Neto, Barrozo, e Martins, predominam a ideia de que a movimentação estimulada e financiada pelo Estado, privilegiou um grupo de pessoas que concentrou terra e renda enquanto a maioria dos homens e mulheres que se dirigiram para essas novas áreas de ocupação não tiveram acesso a terra e riqueza, constituindo-se em mão de obra barata e “descartável”.

O discurso existente por trás da prática de ocupação do território brasileiro, especialmente a região central, que foi objeto das reflexões propostas neste artigo, era marcado pela ideia de que as frentes de expansão - conceituação dada por Martins -, seriam as responsáveis por levar ao interior desenvolvimento, modernização e progresso. Entretanto, era um discurso falacioso visto que a marca maior desses processos de ocupação foi a miséria imposta a maioria da população que “marchou para Oeste”, obrigados a desempenhar atividades degradantes.